

Abdi-Heba, um governante-vassalo em apuros ou um estrategista audaz?*

Abdi-Heba, a vassal ruler in distress or a daring strategist?

Abdi-Heba, un gobernante-vasallo en apuros o un estratega audaz?

Omar João da Silva**

RESUMO

Este artigo propõe um estudo analítico, crítico-literário e histórico-social das cartas de El-Amarna, com ênfase na coleção das correspondências do rei-vassalo de Jerusalém, Abdi-Heba dirigidas ao rei egípcio do século 14 AEC. Portanto, nosso objeto de estudo e análise é a coleção das cartas *EA 285 a 291*. Veremos que, nesse período (século 14 AEC.), as relações entre os governantes das cidades-estado, no território de Canaã eram marcadas por intensos conflitos e hostilidades. O conteúdo das correspondências dos reis-vassalos dirigidas ao Faraó (Amenhotep III 1389-1349 AEC., e/ou Amenhotep IV ou Akhenaton 1349-1333 AEC.) é de conflitos, acusações, defesas e denúncias, que dificulta, inclusive, uma leitura direta e assertiva dos relatos, pois sempre somos conduzidos à mantermos a dúvida, algo muito comum em escritos literários, e especialmente nos escritos antigos.

Palavras-chave: Abdi-Heba; Jerusalém; El Amarna; apíru; rei.

ABSTRACT

This article proposes an analytical study critical-literary and historical-social of the letters of El-Amarna, with emphasis on the collection of correspondences of the vassal king of Jerusalem, Abdi-Heba addressed to the Egyptian king in the 14th century B.C.E. However, our object of the study and analysis is the collection of letters EA 285 to 291. We will see that in this period (fourteenth century B.C.E) the relations between the rulers of the city-states in the territory of Canaan were marked by intense conflicts and hostilities. The content of the correspondence of the vassal kings addressed to Pharaoh (Amenhotep III 1389-1349 B.C.E, and / or Amenhotep IV or Akhenaton 1349-1333 B.C.E) is one of conflicts, accusations, defenses and denunciations, which also hampers a directive and assertive reading of the reports, because we are always led to keep the doubt, something very common in literary writings, and especially in the ancient writings.

Key words: Abdi-Heba; Jerusalem; El Amarna; apíru; king.

* Este artigo é parte da produção de pesquisa realizada durante o ano de 2017 pelo Grupo de Pesquisa “Arqueologia do Antigo Oriente Próximo”, da Universidade Metodista de São Paulo - Reg. no CNPq N° 4338921870858325.

** Mestrando em Ciências da Religião (UMESP), com especialização em Religião e Literatura do Mundo bíblico sob a orientação do Prof. Dr. José Ademar Kaefer. Bolsista Capes. E-mail: omar.adbelem@gmail.com.

RESUMEN

Este artículo propone un estudio analítico, crítico-literario e histórico-social de las cartas de El-Amarna, con énfasis en la colección de las correspondencias del rey-vasallo de Jerusalén, Abdi-Heba dirigidas al rey egipcio en el siglo XIV B.C.E. Por lo tanto, nuestro objeto de estudio y análisis es la colección de cartas EA 285 a 291. Veremos que en ese período (siglo XIV B.C.E.) las relaciones entre los gobernantes de las ciudades-estados, en el territorio de Canaán estaban marcadas por intensos conflictos y hostilidades. El contenido de las correspondencias de los reyes vasallos dirigidos al Faraón (Amenhotep III 1389-1349 B.C.E, y / o Amenhotep IV o Akhenaton 1349-1333 B.C.E) es de conflictos, acusaciones, defensas y denuncias, que dificulta incluso, una lectura directiva y asertiva los relatos, pues siempre estamos conducidos a mantener la duda, algo muy común en escritos literarios, y especialmente en los escritos antiguos.

Palabras-clave: Abdi-Heba; Jerusalén; El Amarna; apiru; rey.

Introdução

Esse texto surge de uma série de estudos realizados em sala de aula, mediado e ministrado pelo professor Dr. José Ademar Kaefer, em parceria com os alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, da Universidade Metodista de São Bernardo do Campo, SP, sobre as *Cartas de El-Amarna*, no primeiro semestre de 2017.

O texto que aqui apresentamos é a análise do conteúdo das sete cartas trocadas entre o governador-vassalo da cidade-estado de Jerusalém, identificado pelo nome de *Abdi-Heba*, e o Faraó, rei do Egito (Amenhotep III, ou Amenhotep IV?), durante o século 14 AEC, designadas como *EA 285* a *EA 291*.

Nosso estudo parte de uma análise comparativa entre as traduções de Willian L. Moran e Anson F. Rainey, que traduziram as cartas de El-Amarna do acádio (idioma original da escrita) para o inglês.

O estudo das cartas de El-Amarna mostrou-se muito relevante. Elas são os testemunhos escritos que informam grandes mudanças no cenário internacional da época. Através delas, tem-se indícios de que o Egito era o império dominante, embora em constante declínio, cujo poderio, naquele tempo, estendia-se por toda a terra de Canaã.

O Faraó controlava toda essa região por meio de um sistema de comunicação muito avançado para época (cartas), e pelo estabelecimento de pequenos centros administrativos, guarnecidos por bases militares, ao menos nas cidades que estavam localizadas entre as principais rotas comerciais. Fugindo à regra, na região montanhosa do sul, a cidade-estado¹ de Jerusalém, cujo nome em acádio aparece como “*Urusalim*”, é apresentada como uma importante cidade, tendo sob seu controle grande quantidade de terras que, nas cartas, são descritas como “*as terras do rei, meu senhor*”.

¹ Conjectura-se que o termo seja uma expressão muito nova para época. Portanto, o ideal seria denominá-las como pequenos distritos.

Quanto à compilação das cartas, percebemos que havia uma padronização (cabeçalho, conteúdo e conclusão). Sobre o seu conteúdo, a maior parte é descrição de conflitos, acusações, desculpas, defesas e denúncias.

Por fim, ressaltamos que o nosso texto compreende um estudo individual de cada carta, no qual propomos: *a) análise textual; b) estrutura; e c) análise do conteúdo.*

EA 285 – Abdi-Heba: Um governante-soldado

Análise textual

As traduções de Rainey e de Moran, exceto em partes do corpo e divisão das linhas, são quase idênticas e, de certa forma, se complementam, embora se percebam variações, principalmente na última linha. Em Rainey, lemos “*a força*”, enquanto em Moran “lit. *eu morrer, que*” (*que eu morra?*). Na linha 13, Rainey e Moran leem *li-iš-me* ao invés de *la-i-pa-tar* (RAINEY, 2015, p. 1598) proposto por Na’aman, pois afirmam que as partículas negativas *la-a* sempre aparecem ao longo das cartas de Jerusalém. No início da linha 25, Rainey (2015, p. 1598) adota *rašū* – “*adquirir*”, “*obter*” – ao invés do verbo *erešū* – “*pedir*”, “*ser exigido*”, “*solicitado*”, adotado por Moran.

Estrutura de EA 285

Jana Mynarova (2007, p.106) estabeleceu alguns tipos de estruturas para o conjunto das cartas de Amarna. A nossa coleção está relacionada no tipo 12A. Aqui, propomos a seguinte estrutura:

(1) Introdução: 1-4: Ordem ao escriba (sem identificação) para redigir a carta; identificação do destinatário pelo título; identificação do remetente e fórmula de prostração;

(2) Conteúdo: 5-25: Declaração de fidelidade ao rei; preocupação com a demora do retorno do emissário enviado ao rei; conflito com Enhamu, comissário do rei; pedido de tropas militares ou de um novo comissário; conflito com Addaya, outro comissário do rei.

(3) Conclusão: 26-31: Súplica por atenção à denúncia relatada e repetição do pedido pelo retorno do emissário enviado.

Análise do conteúdo

EA 285 inicia com a introdução formal e comum às coleções das cartas dos governantes-vassalos. Seu remetente é Abdi-Heba, um rei-vassalo do Faraó, governante da cidade-estado de Jerusalém. Seu nome, segundo Moran (1992, p. 379) significa “*servo de Heba*”, um nome hurrita, pois Heba era a

deusa mãe dos hurritas, a mãe de todos os viventes² e esposa de Tupassu. Portanto, não sabemos se Abdi-Heba era natural de Jerusalém, mas sabemos que o Faraó lhe estabelecera lá. Se o nome tem relação com a sua origem ou é uma indicação da forma de culto existente em Jerusalém naquele tempo, não sabemos. Contudo, podemos sugerir que ele era proveniente de uma linhagem familiar de significativa influência.

A declaração de Abdi-Heba: “*Eu não sou um governante da cidade, eu sou um soldado do rei, meu senhor*” (5-6) é uma forma retórica que expressa demonstração de lealdade ao rei e visa justificar suas ações descritas em 9-14 e 20-25. Como um soldado, Abdi-Heba indica que está interessado em defender os interesses do rei, inclusive pelo uso da força. Parece uma tentativa antecipada de justificar sua atitude contra os dois comissários, Enhamu e Addaya, e a força militar que os acompanhava. Em 7-8, Abdi-Heba pede o retorno de seu mensageiro e reforça esse pedido nas linhas finais da carta. Ele relata sua atitude com Enhamu e sua força militar. Em seguida, Abdi-Heba, desconfiado dos pensamentos do rei, procura atrair sua atenção, solicitando uma força militar ou, então, um comissário. Em 20-25, mesmo que de modo um tanto obscuro, parece relatar um incidente com Addaya, outro comissário do rei. As linhas finais estão prejudicadas, isto é, em estado fragmentário.

Surge-nos, portanto, o seguinte questionamento: O pedido de um novo comissário ou o retorno do seu emissário, o que pretende Abdi-Heba? Conquerir o rei que Enhamu e Addaya não são dignos de confiança, e assim, serem considerados traidores? Seriam eles traidores ou empecilhos para os planos de expansão de Abdi-Heba?

Goren, Finkelstein e Na’aman (2004, p.268) concordam com Rainey quanto à referência petrográfica da carta. Eles concluíram que fora escrita em *Beth-Shean*, uma importante cidade-estado, de localização privilegiada, situada num dos locais mais férteis da Palestina, na conjuntura dos vales do Jordão e de Jezreel que, no período de Tutmósis III, foi transformada num centro administrativo da região³. Então, podemos concluir que o conteúdo de 20-25 é fidedigno, pois, ao que tudo indica, a casa tomada por Addaya e sua tropa era a residência de Abdi-Heba. Desta forma, a repetição insistente para o retorno do “*meu mensageiro*”, em Rainey, evidencia a relação conflituosa entre Abdi-Heba e os dois comissários do rei. Conflito que o fez, inclusive, ir ou fugir para *Beth-Shean*. Isso nos leva a outro questionamento, quanto à ordem das cartas: *EA 285*, nesta coleção de cartas, seria realmente a mais antiga?

² <https://lacienciaysudemonios.com/2010/01/25/las-tribulaciones-de-abdi-heba-el-reino-de-jerusalen-en-el-s-xiv-a-c-o-%C2%BFdonde-estaba-josue-mientras-ocurria-todo-esto>. Acesso em 20 jun 2018.

³ Sobre isto, confira: <http://portal.metodista.br/arqueologia/artigos/2013/tel-betsa-localizacao-historia-e-interpretacoes-silas-klein-cardoso>. Acesso em 20 jun 18.

EA 286 - Uma situação de extrema urgência

Análise textual

EA 286 está em melhores condições de análise do que EA 285. Na linha 22, Rainey (2015, p. 1591) e Moran (1992, p. 327) perceberam que o termo *à-qa-bi* é um verbo performativo⁴ raro, canaanita, de origem semítico ocidental, que atesta a escrita por um escriba de Jerusalém. Já na linha 47, Rainey (2015, p. 1592) observa que *e-nu-ma* é um dos vários exemplos usados nas cartas de Jerusalém como equivalente da preposição *kī* / *kî* - “como, semelhante”. Isso é uma hipercorreção desenvolvida a partir do uso padrão de *inūma/enūma* nestes textos canaanitas, como equivalente da conjunção subordinante *kî*.

Nota-se, também, uma diferença nominal entre Rainey e Moran no pedido de ajuda de Abdi-Heba. Rainey adota “*tropas regulares*”, um pedido, portanto, por tropa comum. Moran traduz por “*arqueiros*”, uma espécie de tropa especializada.

Estrutura de EA 286

Adotaremos aqui, em parte, a estrutura de Morris Jastrow Jr (1893)⁵.

(1) Introdução: 1-4: Ordem ao escriba (sem identificação) para redigir a carta; identificação do destinatário pelo título; identificação do remetente e fórmula de prostração.

(2) Conteúdo: 5-60: Refutação das acusações contra Abdi-Heba; declaração de fidelidade, submissão e dívida para com o rei; ilustração da conduta maliciosa de seus acusadores; informação sobre uma nova (ao mesmo tempo antiga) ameaça – os *apîru*; denúncia sobre uma possível coligação dos *apîru* com os seus acusadores; insatisfação com a conduta do rei, que parece dar ouvidos às acusações e aos acusadores de Abdi-Heba; breve relato sobre a retirada da tropa que o rei havia enviado; acusação contra Ilimilku; justificativa da impossibilidade em atender a ordem do rei; nova acusação contra os comissários do rei e relato enfático sobre a situação da(s) terra(s).

(3) Conclusão: 61-64: Ordem ao escriba real ratificando a fórmula de prostração e resumo do principal assunto da carta: “*perda das terras*”.

Análise do conteúdo

EA 286 parece ser a resposta de Abdi-Heba a uma ordem do faraó para que comparecesse à corte egípcia, a fim de ser ouvido sobre as acusações

⁴ São verbos que, além de descreverem uma ação, também indicam que a ação pode ser realizada por si mesma.

⁵ Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/527199>. Acesso em 20 jun 18.

contra ele, e o(s) motivo(s) de sua incapacidade de atendê-la. A carta, como é comum, inicia com uma introdução formal. Depois, temos as refutações de Abdi-Heba contra supostas acusações. Nas linhas seguintes, Abdi-Heba declara sua fidelidade e submissão, pois é um governante graças ao poder do rei. Também vemos a atestação do conflito e do relacionamento nada amistoso entre Abdi-Heba e Enhamu, um comissário do rei, algo também ocorrido em *EA 285*. Merece atenção a assertiva de “*todos os governantes estão perdidos*”. Quem são esses governantes, visto não haver nenhuma referência geográfica na carta, nem menção a qualquer outra localidade ou cidade-estado? Em 53-60, vemos uma ênfase nos assuntos já descritos “*terras perdidas*” e “*devastações realizadas pelos apîru*”. E, nas linhas finais, temos a conclusão da carta com a ratificação da fórmula de prostração e um resumo do principal assunto: “*terras perdidas*”.

Destacamos, nessa correspondência, a repetição de algumas expressões e seus correlatos, a saber: *a)* A refutação e repúdio de Abdi-Heba às supostas ou reais acusações contra ele. Em 5-8, temos: “*...estão me caluniando*”, “*estou sendo difamado*”, “*Abdi-Heba abandonou o rei...*”. E em 16-24: “*Assim sou difamado...*” e “*assim, me caluniam...*”. Isso pode significar uma escusa, ou, de fato, expressão da verdade, visto que, neste período, eram comuns os desafetos e acusações de traição entre os governantes-vassalos das cidades-estado, em razão da política de dominação exercida pelos Faraós egípcios sobre a região, que facilitava a luta por expansões de tais governantes; *b)* A expressão marcante na correspondência é a informação sobre a terra, que às vezes é mencionada no plural “*terras*” – “*as terras são perdidas*”, “*perdidas são as terras do rei*”. Temos cerca de 5 ocorrências (16-24; 35-38; 48-52; 53-60, neste último trecho, duas vezes.). Conjecturando, podemos admitir algumas hipóteses possíveis. Em primeiro lugar, a perda das terras foi uma consequência das tentativas e investidas frustradas de Abdi-Heba por expansão, especialmente na Sefelá. Segundo, a *terra* ou as *terras* que estavam sob sua jurisdição estavam sendo assediada(s) por outro(s) governante(s). Terceiro, Abdi-Heba, ao solicitar ajuda militar, pensava obter a atenção do rei para ganhar tempo e continuar suas pretensões de conquistar e dominar a Sefelá ou, por último, sua vida estava realmente em risco.

Quem eram os “*apîru*”?

O nome é relacionado com outras expressões como “*hapîru*”, “*hapiru*”, “*habiru*”, “*habiru*”, “*ibrim*”. O termo *apîru* tem alguns significados: “*errante*”, “*transiente*”, “*nômade*”; divide opiniões dos estudiosos e ainda é um assunto

não acabado⁶. Diz-se que não se refere a nenhum grupo étnico, mas, antes, a uma classe social multiétnica armada, formada por indivíduos excluídos da sociedade, sem reconhecer nenhuma autoridade. Existente em todo o Oriente Médio, atuavam intensamente no corredor Sírio-Palestinense⁷, sendo Siquém seu principal reduto.

Outros estudiosos, fazendo uso do logograma *pr.w*, dizem que ele encontra seu equivalente acadiano em “*hapiru*”. Logo, acredita-se que a referência aos *apiru* na literatura egípcia antiga é simplesmente um nome diferente para o mesmo grupo de pessoas, que são conhecidos em outros lugares como *habiru*⁸, um possível correlato de “*hebreu*” (hb. *Ibrim*) (Zimmern 1891:137–138; Mendenhall 1962, 1973; Gottwald 1979; H. Winckler e Kaiser) (RAINEY, 2015, p. 31-32). Os defensores dessa tese se apropriam do relato de uma cena do túmulo de uma mulher egípcia datado de 1470 AEC., que descreve um grupo de homens trabalhando em um lugar durante o reinado de Hatshepsut e Thutmose III, e outro documento encontrado, datado de 1440 a.C., também do reinado de Thutmose III, do general de Faraó, Toth, falando da conquista de Joppa. Toth exige que os cavalos dele e seus homens sejam levados para dentro da cidade, para que eles não sejam roubados pela “*passagem dos Apir*”⁹.

Segundo Rainey (2015, p. 31-32), a dissertação de Greenberg (1955) e os trabalhos de Bottéro (1954) revisaram todas as evidências até a metade do século 20. O resultado apresentado de todo esse material, afirma Rainey, revela que qualquer observador imparcial teria visto que não há nada na natureza do “*apiru*” que sugira uma conexão com o antigo “*ibrim*” (*ibriyim*). As conclusões de Rainey (2015, p. 31-32) se baseiam em um estudo de fundo linguístico e social sumeriano LÚ.SA.GAZ.(MEŠ), LÚ.GAZ.(MEŠ, SA.GAZ (algumas vezes apenas GAZ, nos textos de Amarna) para rechaçar a tese daqueles que aceitam “*hapiru*” ou “*hapiru*” como equivalente para “*hebreu*”.

***EA 287* – Abdi-Heba – Uma resposta ao rei**

Análise textual:

Na linha 17, segundo Rainey (2015, p. 1592), *šar-ri* é uma forma genitiva usada como nominativo. Já na linha 19, Rainey (2015, p. 1592) e Moran dizem

⁶ Para mais informações sobre os “*apiru*”, indicamos a leitura de HARRIS (1993, p. 269) e MAZAR (2003, p. 236).

⁷ Disponível em: <https://lacienciaysusdemonios.com/2010/01/25/las-tribulaciones-de-abdi-heba-el-reino-de-jerusalen-en-el-s-xiv-a-c-o-%C2%BFdonde-estaba-josue-mientras-ocurría-todo-esto>. Acesso em 20 jun 18.

⁸ Disponível em: <http://www.israel-a-history-of.com/ancient-egyptian-literature.html>. Acesso em 20 jun 18.

⁹ Confira o mesmo *site* indicado na nota 10.

que *eppušū* (*eppašū*) se harmoniza como vogal assíria. Na linha 54, Rainey (2015, p. 1593) é contrário ao argumento de Moran, que comenta ser contra a cópia da restauração de 5 *li-im* KÙ.BABBAR. Rainey nota que a interpretação de Albright está certa, e acrescenta que Abdi-Heba não enviou 5 mil pessoas ao rei, mas 5 mil siclos de prata. Nas linhas 69-70, Rainey (2015, p. 1593) afirma que a solução de Finkelstein é, ainda, a melhor (contra Moran, 1992, p.330, nota 20) sobre o idioma *matti ana kâta*, significando “*eu morreria por você*” (cf. EA 136:42; 137:52; 138:27).

Estrutura de EA 287

(1) Introdução: 1-3: Ordem ao escriba (sem identificação) para redigir a carta; identificação do destinatário pelo título; identificação do remetente e fórmula de prostração.

(2) Conteúdo: 4-63: Abdi-Heba confirma o recebimento das exigências do rei; acusação contra Milkilu e sua associação com os filhos de Lab’ayu; denúncia contra os governantes de Gezer, Asquelom e Laquis, por darem mantimentos aos opositores de Abdi-Heba; Abdi-Heba pede auxílio militar e punição aos seus opositores, pois são traidores; Abdi-Heba demonstra sua lealdade ao rei pelo reconhecimento de que fora o rei quem o pôs como governante de Jerusalém; detalhes da ação de Milkilu e dos filhos de Lab’ayu: “*estão dando as terras para os apêru*”; denúncia contra os cushitas; aviso ao rei sobre possíveis e sucessivas rebeliões dos governantes; Abdi-Heba espera por Pawuru, o comissário do rei; relato da ordem dada pelo rei a Addaya para que se retirasse juntamente com a tropa militar de Jerusalém; Abdi-Heba informa ao rei o que aconteceu com as caravanas que tinha lhe enviado (provavelmente se trate do envio de tributos); Abdi-Heba tem medo que o rei deixe Jerusalém à sua própria sorte e recursos.

(3) Conclusão: 64-76: Ordem ao escriba real ratificando a fórmula de prostração e de fidelidade ao rei. Abdi-Heba pede punição severa aos cushitas, pois quase o mataram em sua própria casa ou palácio. 77-78: Ratificação da fórmula de submissão e prostração.

Análise do conteúdo

As informações contextuais que EA 287 apresenta são muito relevantes, em que pese seu estado fragmentário. Segundo Morris (1893)¹⁰, as onze primeiras linhas estão completamente fragmentadas. Portanto, é impossível determinar o que foi dito sobre Milkilu e os filhos de Lab’ayu, visto duas linhas estarem totalmente perdidas. Contudo, temos subsídios necessários

¹⁰ Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/527199>. Acesso em 20 jun 18.

para uma apreciação de maior rigor analítico para os fatos históricos, sociais e geográficos nela contidos.

Abdi-Heba informa que os filhos de Lab'ayu estão sendo financiados por Milkilu, que lhes fornece armas (arco e flecha), enquanto os governantes de Gezer, Ascalom e Laquis, alimentos. Pela primeira vez, o nome de Jerusalém aparece (25-28), e parece ser uma cidade com vasto território sob sua jurisdição. Segundo Kaefer (2015, p. 29), a Jerusalém de Davi estava entre as montanhas, a 750 metros acima do nível do mar. Ao Sul e a Leste fazia fronteira com o deserto da Judéia e com o deserto do Neguev. A Oeste, com a região fértil da Sefelá e da costa do Mediterrâneo, cujo acesso era difícil, em razão do declive abrupto, além de ser território ocupado pelos filisteus. Desta forma, o acesso mais fácil estava em direção ao norte, onde o declive era menor.

Portanto, uma pequena cidade. Mas, o que percebemos no contexto de EA 287 é uma Jerusalém ampla, que tinha sobre a sua jurisdição um amplo território, e que estava em plena expansão para o Sul, costa do Mediterrâneo (Sefelá) e Norte.

Menciona-se, ainda, outras cinco cidades-estado, a saber: a) *Gezer* (Gazru) – localizada na planície costeira no Vale de Aijalom, a cerca de 30km a oeste de Jerusalém, localizada estrategicamente no entroncamento da rodovia internacional costeira e da estrada de ligação com Jerusalém pelo vale de Aijalom. Neste período, Gezer era governada por Milkilu (EA 267-271), que, provavelmente, além desta cidade-estado, detinha vasto domínio na Sefelá, e por sentir-se ameaçado pelas pretensões expansionistas de Abdi-Heba, se unira aos outros opositores para medir forças contra o governante de Jerusalém; b) *Ascalom* (Asqaluna) – outra cidade da costa da Palestina, que fazia fronteira com Gaza. Esta cidade foi construída e destruída várias vezes. Hoje, está situada na moderna Asqalon. No período de Amarna, foi governada por Yidia (EA 321-326) e por Shubandu (302-304 e 306); c) *Laquis* (Lakisha) – Segundo Kaefer (2016, p.17), assim como Gezer, vem tendo muitas escavações nos últimos anos, após ficarem um tempo esquecidas. O interesse por Laquis é mais recente, em relação à Gezer. No período de Amarna, era governada por Shipti-Ba'lu (EA 322, 329/330 e 332); d) *Qeila* (Qilti) – Uma cidade localizada numa região mais ao centro da costa marítima, ao sul de Gezer. Parece que este território estava sendo disputado por Shuwadarta, governante de Gath (Gimtu) (ou da própria Qeila) (EA 279-284) e por Abdi-Heba, governante de Jerusalém; e) *Gaza* – Outra cidade da costa marítima pertencente, assim como Gath, Ascalom, Asdode e Ecrom, aos denominados filisteus, povo citado muitas vezes nos textos bíblicos do Antigo Testamento (Gn 10.14 cf. 1Cr 1.12; Êx 13.17; 23.31; Jz 3.31; 10.6, 7; etc).

EA 287 mostra-nos o aumento da coligação de opositores de Abdi-Heba. Além dos *apiru*, temos Ilimilku, Milkilu, governante de Gezer; os filhos de Lab'ayu (*EA 252-254*), Yidia/Shubandu, governante da cidade-estado de Ascalom, Shipty-Ba'lu, o governante da cidade-estado de Laquis, e ainda os Cushitas.

Merece destaque a resposta que Abdi-Heba dá às exigências do rei sobre as terras: “*Olhe todas as palavras do rei, meu senhor, os comissários trouxeram para mim*” e “*Que o rei possa ser informado, todos os territórios estão em paz*”. Se a última declaração não for uma ironia, podemos perguntar se *EA 287* não seria anterior a *EA 286*. Ou ainda se, por inferência, Abdi-Heba, se refere às outras cidades-estados que, diferentemente de Jerusalém, estavam em paz. Ao que parece, o rei ordena que Addaya e a tropa militar saiam de Jerusalém.

Outro aspecto interessante, e que merece posteriormente ser melhor trabalhado, é a menção aos cushitas. O que estavam fazendo lá em Jerusalém? Era uma horda de egípcios contra o império egípcio? Por que queriam conquistar Jerusalém? Lutavam por si ou sob orientação de alguém? *Cushitas*, nesse tempo, era uma identificação de naturalidade ou, assim como os *apiru*, designava marginalização? Esperamos, em tempos futuros, pesquisar estes assuntos mais cuidadosamente.

***EA 288* – Abdi-Heba, um servo-filho**

Análise textual

Rainey, em sua tradução de 54-61 usa o termo “*colegas*”, enquanto Moran, “*amigos*”. Na linha 60, Rainey (2015, p.1594) percebe que o escriba, em vez de *a-na ka-aš-ši*, escreveu *a-na ia-a-ši*, um outro exemplo disléxico. Para Moran, em 23-28, Knudtzon, seguindo Albright e outros, traduziram a expressão “*todos têm me atacado*”, por “*tudo isso foi tirado de mim*”. Moran (1992, p. 332), portanto, tem, contra ela, não apenas a suposição de um acusativo separativo, mas também o fato de que toda a terra do rei não pode ser tirada de um vassalo, pois ele nunca teve tudo.

Estrutura de *EA 288*

(1) Introdução: 1-4: Ordem ao escriba (sem identificação) para redigir a carta; identificação do destinatário pelos títulos; um novo título aparece “*meu deus sol*”; identificação do remetente e fórmula de prostração.

(2) Conteúdo: 4-61: O escriba relata a ordem de reconhecer o rei como um deus; refutação de Abdi-Heba contra as acusações, declaração de inocência e fidelidade; apelação ao orgulho do rei; Abdi-Heba relata os presentes que

enviou ao rei, pelas mãos de seus comissários Addaya e Shuta; informação repetida sobre a sorte das terras; o relato sobre o aumento dos inimigos de Abdi-Heba, que o faz sentir-se encurralado; a metáfora de Abdi-Heba para descrever a sua situação “... *como um barco no meio do mar*”; Abdi-Heba cobra providências do rei e o acusa de fazer pouco caso das suas palavras; apresentação de fatos concretos, mediante o ocorrido com três governantes-vassalos, Turbasu, Zimredda e Iaptih-Hadda; Abdi-Heba ironiza o rei, pedindo-lhe que ao menos dê atenção à terra; novo pedido por tropas militares e por um comissário; pedido para passar seus últimos dias ao lado do rei, no Egito.

(3) Conclusão: 62-66: Ordem ao escriba real, ratificando a fórmula de prostração. Resumo do principal assunto da carta: “*sou seu servo e seu filho*”.

Análise do conteúdo

Na introdução da carta, nota-se a presença da expressão “*meu deus sol*”, e em 4-7, a expressão “... *tenho colocado seu nome ao sair do sol e ao pôr do sol*”. Essas expressões podem auxiliar-nos, ainda que prematuramente, a descobrir o Faraó a quem Abdi-Heba se dirige. Segundo Rosalie David (2011, p. 113-115), a ascensão do culto solar ocorreu desde o Antigo Império (2686-2181 AEC.), quando o rei era tanto o filho primogênito como a imagem do deus criador e representante de todas as divindades na terra. Desta forma, o rei era visto como a encarnação do deus criador e o símbolo do seu poder na terra, embora não fosse visto como uma deidade por direitos próprios. Nesse período, o rei estava sujeito apenas à deusa da justiça e da ordem na terra, “*Ma’at*”.

Rosalie David (2011, p.156) diz que a V dinastia, a fim de legitimar sua origem divina, procurou mostrar que o deus-sol era a divindade suprema do Egito. Quanto à importância de Aton, o deus egípcio representado por um disco solar, ela cresceu com Amenhotep III, que, durante sua vida, enfatizava e promovia sua própria realeza divina. Mas, afirma Rosalie David (2011, p.284-285), é com o seu filho, Amenhotep IV (Amenóphis IV ou ainda Akhenaton) que a divindade real e adoração a Aton foram desenvolvidas sem precedentes.

Com Amenhotep IV, o deus e o rei eram agora considerados dois aspectos iguais e, tanto em conceito como em títulos, eles se tornaram virtualmente intercambiáveis. O Rei tornou-se um deus, em vez do “filho de deus”, e agia como o único representante de Aton na terra (DAVID, 2011, p.286).

E ainda,

Contudo, ele pôs uma ênfase sem precedentes na divindade do Faraó e tomou uma atitude única ao tornar o deus e o rei iguais. Ambos eram, então, deuses criadores, mas somente Akhenaton era acessível à humanidade, que, portanto, não tinha escolha senão acessar a deidade por intermédio do rei (DAVID, 2011, p.322).

Dito isso, podemos deduzir que as correspondências de Abdi-Heba se deram entre o período final do reinado de Amenhotep III e início de Amenhotep IV.

A expressão de Abdi-Heba de sua posição de governador-soldado: “*Nem meu pai, nem minha mãe, (mas antes) o braço forte do rei tem me colocado na casa de meu pai*”, pode ser uma expressão retórica, ou a evidência de que Abdi-Heba provinha de uma linhagem real ou aristocrata, mas que, na linha de sucessão, poderia não ser o primeiro, isto é, o legítimo herdeiro.

EA 288 tem por objetivo informar o aumento dos inimigos e opositores de Abdi-Heba. Agora, a oposição não era apenas dos governantes da planície costeira do Mediterrâneo e da Sefelá. Ela provinha tanto do Sul (Seru/Seir) quanto do Norte, de Gath-Carmelo (Gimti-Kirmil), que nesse período era governada pelo sogro de Milkulu, Tagi (EA 264-266).

Digno de nota é o conhecimento geográfico que tem Abdi-Heba da região, bem como sua interação com a realidade do seu tempo. Ele soube com detalhes importantes os infortúnios de três reis-vassalos e do lugar onde dois deles foram mortos – Turbasu e Iaptih-Hadda – em Siló, a principal fronteira egípcia a leste do Delta. Enquanto Zimreda, governador de Laquis, fora castigado, pelos *apîru*. Merece destaque, também, a ironia corajosa de Abdi-Heba sobre a conduta do rei em relação aos infortúnios dos três governantes, pelo desprezo demonstrado, pois o Faraó consegue conquistar terras longínquas, como Nahrima e Cush¹¹, e não consegue fazer nada nas terras de casa.

A comparação com os *apîru*, também preocupa Abdi-Heba, pois está sendo considerado um desordeiro, baderneiro, mercenário, insubordinado e inimigo do rei. Talvez também queira insinuar que é alguém que está vivendo segundo a própria sorte.

EA 289 – Um plano para isolar Jerusalém

Análise textual:

Rainey (2015, p. 1595) diz que 41-46 é uma passagem chave para a história do infame Lab’ayu, o suposto governante da cidade-estado de Siquém que havia dado terras (fazendas, propriedades) aos *apîru*, como incentivo para eles. Na linha 23, Rainey (2015, p. 1595) diz que *i-di-nu* é 3ª pessoa do masculino plural, mas Moran toma como um masculino singular imperfeito: “quando ele estava dando”. Na forma *ni-pu-us-mi* (linha 21), o *mi* é enclítico¹²,

¹¹ Cush (Cuxe) está em território egípcio.

¹² Em que ocorre ênclise. Diz-se do vocábulo átono foneticamente unido ao vocábulo acentuado que o precede. Também pode significar “*notável*”, “*respeitável*”.

e sugere que Abdi-Heba está fazendo uma citação. E em citações diretas, o escriba de Jerusalém recorre ao sistema verbal do semítico ocidental de disposição e tempo. Na linha 26, *Lu-ú a-mi-la-tu-nu* – “*Vós sejais homens*”, ou “*Sejam homens?*” – é um idioma bem conhecido, registrado em outros textos e lugares, como, por exemplo, na Bíblia. Na linha 41, Rainey (2015, 1596) diz que *li-iṣ-ḫur* deveria ser lido como foi sugerido por Albright e Campell: *li-is-ḫin*.

Um destaque a ser feito é a diferença existente na tradução de Rainey em 41-46, onde Abdi-Heba solicita 50 tropas de guarnições; enquanto Moran, em 37-44, diz que o pedido é de 50 homens. Devido à situação na Palestina, parece que a tradução de Rainey tem mais sentido e condiz mais com a realidade.

Estrutura de EA 289

(1) Introdução: 1-4: Ordem ao escriba (sem identificação) para redigir a carta; identificação do destinatário pelo título; identificação do remetente e fórmula de prostração.

(2) Conteúdo: 5-46: Refutação sobre a quebra de aliança de Milkilu com os filhos de Lab’ayu; Abdi-Heba cobra providências contra Milkilu; relato da conquista da cidade de Rubutu/Rubôta por Milkilu e Tagi; reclamação de Abdi-Heba contra a falta de agilidade do rei para ajudar Jerusalém e solicita o mesmo tratamento dado à Gaza; denúncia sobre a doação das terras de Siquém para os *apîru*; detalhes dos planos de Milkilu e Tagi para deixar Jerusalém isolada; denúncia sobre o desvio das tropas militares que o rei enviou para Jerusalém, mas Addaya reteve em Gaza; denúncia contra o comissário real Pawuru, acusado de abandonar Jerusalém, permanecendo em Gaza; Abdi-Heba pede por tropas militares, pois a terra está desolada; pedido de Abdi-Heba para que o rei investigue a matéria.

(3) Conclusão: Direção ao escriba. Reafirmação da fórmula de prostração e de fidelidade.

Análise do conteúdo

Nesta correspondência, temos assuntos e personagens já conhecidos, mas também a presença de outros. O primeiro aparece na refutação de Abdi-Heba sobre a falsa notícia da quebra da associação de Milkilu com os “*filhos Lab’ayu*”. Além desses, Milkilu também se alia aos “*filhos de Arsayu*” que, segundo Moran (1992, p. 380), *Arsayu* ou *Asawa* é o mesmo que “*Abdi-Asirta*”, cujos filhos eram inimigos do rei. A segunda personagem é o governante da cidade-estado de Gimiti-Kirmil, de nome Tagi, o sogro de Milkilu.

EA 290 – Aumenta os adversários e perda de território

Análise textual

Nas linhas finais da carta, há uma dúvida sobre o governante da cidade de Gath. No conjunto das cartas EA 278-279; 281-284; 366, Shuwardata aparece como o governante-vassalo de Gath. Aqui, contudo, parece ser outra pessoa.

Estrutura de EA 290

(1) Introdução: 1-4: Ordem ao escriba (sem identificação) para redigir a carta; identificação do destinatário pelos títulos; identificação do remetente e fórmula de prostração.

(2) Conteúdo: 5-28: União de Milkilu e Shuwardata com as respectivas tropas mais as tropas de Qeila; captura da cidade de Rubbôte; o domínio dos *apiru* sobre a terra; relato da deserção de uma das cidades de Jerusalém para os homens de Qeila; pedido por tropas regulares; apontamento sobre os responsáveis por tais ações.

(3) Conclusão: Abdi-Heba pede atenção para com a terra.

Análise do conteúdo

Nesta correspondência, uma nova personagem aparece: é o governador de Gath – Shuwardata (EA 278-279; 281-284; 366), que fez aliança com Milkilu. Ambos estão doando terras pertencentes ao rei, no território de Jerusalém, aos *apiru*.

Merece atenção a informação contraditória sobre a conquista da cidade de Rubbutu. Em EA 289:11-13, ela foi conquistada por Milkilu e seu sogro Tagi, enquanto, nessa correspondência, ela fora conquistada por Milkilu e Shuwardata, com o apoio das respectivas tropas militares somadas com as da cidade de Qeila. Assim, podemos pensar em duas hipóteses, entre outras possíveis. Em primeiro lugar, Abdi-Heba talvez estivesse mentindo. Mas, caso isso seja considerado, o que o levou a enumerar tantos inimigos? Em segundo lugar, podemos conjecturar que, de fato, a cidade de Rubbutu fora conquistada por Milkilu e Tagi. No entanto, a fim de angariar mais aliados contra Abdi-Heba, talvez ela tenha sido oferecida em acordo e domínio compartilhado para Shuwardata.

A denúncia da participação das tropas militares de Gezer, Gath e Qeila pode se referir a: 1) Coligação dos comissários do rei (Addaya e Pawuru, cf. EA 287:38-52) nos planos de extensão de Milkilu; ou 2) Uma coligação dos

comissários do rei com os governantes das cidades-estado vizinhas, em uma luta contra as pretensões de Abdi-Heba.

A cidade de Bit-NIN.IB, de localização incerta, segundo Moran (1992, p. 389), e que pertencia a Jerusalém, mas que passou ao domínio dos homens de Qeila, segundo Jastrow (1893)¹³ significa “*templo de Ninib*”. Visto não haver nenhum vestígio de adoração na Palestina dessa divindade, Jastrow (1893, p.37) propõe o seguinte:

Gostaria de propor a leitura de *Bit-Anatu*, i. e. *Bêt anat* e em justificação chamaria a atenção para o tablete mitológico III R.69, onde entre uma lista de deidades notadas como formas ou manifestações de Anu e Anatu, encontramos nossa divindade Ninib. A posição de Beth-Anoth, para o norte de Hebrom, cujo nome antigo sobrevive sob a forma moderna de Beitainum, encaixa-se admiravelmente com as exigências geográficas. Portanto, Anatu é precisamente a divindade, cuja adoração sabemos pela ocorrência de tais nomes próprios como *Anab* entre os clãs edomitas, bem como a cidade de Anathoth (formada por Anat como Ashtheroth) se estendeu muito além das fronteiras da Babilônia; e como evidência a mais para a existência de uma Beth-Anoth na Palestina nesse tempo, o relato de Thotmes III, vem para nossa ajuda, pois faz menção de uma cidade palestina desse nome.

Embora não tenhamos detalhes sobre a forma de culto a essa divindade, por dedução podemos dizer que, em Jerusalém, naquele período, não havia uma forma de culto definida, mas, ao que tudo parece, o culto a diversas deidades é tão possível quanto comum.

EA 291 – Carta muito fragmentada para comentar.

Análise petrográfica das correspondências EA 285-291

Segundo a análise feita em peças de cerâmica fina, do período que abrange a coleção das cartas EA 285 a 291, Goren, Finkelstein e Na’aman (2004, p. 265-269) concluíram que, das sete cartas de Abdi-Heba para o rei egípcio, cinco foram redigidas em matéria-prima própria de Jerusalém. São elas: EA 286 a EA 290. Apenas EA 285 e 291 são alheias à Jerusalém.

EA 285 foi feita de sedimentos do Vale central do Jordão. Provavelmente, foi produzida no centro administrativo de Beth-shean (GOREN, FINKELSTEIN e NA’AMAN, 2004, p. 268). Já *EA 291*, pertence ao tipo de material formado em Gezer (GOREN, FINKELSTEIN e NA’AMAN, 2004, p. 268).

A explicação sobre os possíveis motivos de *EA 285* e *EA 291* serem feitas com matéria-prima de outra localidade pode ser melhor compreendida pela transcrição abaixo:

¹³ Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/527199>. Acesso em 20 jun 18.

Apenas EA 285 e 291 são alheias à Jerusalém. A primeira, provavelmente foi enviada de Beth-shean. Nesta carta, Abdi-Heba queixa-se que Yanhamu, um importante oficial egípcio em Canaã, tomou posse de sua casa e estabeleceu lá uma guarnição egípcia. Abdi-Heba poderia ter viajado para Beth-Shean, para discutir esse assunto delicado com um oficial egípcio e, nessa ocasião, escreveu e enviou essa carta ao Faraó. EA 291 foi enviada de Gezer. Esta carta está fragmentada e o pano-de-fundo de sua excepcional origem permanece desconhecido (GOREN, FINKELSTEIN e NA'AMAN, 2004, p. 269).

Disposições Finais

A coleção das correspondências de Abdi-Heba para o Faraó (EA 285-291) mostra-nos quão hostil era a vivência e as relações entre os governantes das cidades-estado do território de Canaã. A cidade-estado de Jerusalém parece que administrava um vasto território ou, no mínimo, considerável, e parece ser maior do que, por exemplo, a famosa Jerusalém dos tempos de Davi.

Abdi-Heba, por sua vez, mostrou-se um hábil estrategista, se aceitarmos seu intento por expansão. Se fora motivado pelo rebelde governante da cidade-estado de Siquém, Lab'ayu, não sabemos, mas pode ter aproveitado o momento de instabilidade, que ele provocou, para colocar suas pretensões de expansão em prática.

Os inimigos citados por Abdi-Heba mostram que seu projeto de expansão incluía o domínio das terras da Sefelá, da costa marítima e da região central de Canaã ao norte, ou seja, terras férteis, produtivas e situadas em rotas comerciais.

É difícil determinar qual é o Faraó a quem Abdi-Heba se dirige. Contudo, damos por certo que essas comunicações ocorreram entre o fim do reinado de Amenhotep III e início de Amenhotep IV.

Quanto às práticas religiosas em Jerusalém, não temos nenhuma informação sobre as formas de culto ministradas. No entanto, por sugestões hipotéticas e por inferência, a partir do nome *Heba* (nome de uma deusa hurrita), que está aglutinado ao nome do governante-vassalo de Jerusalém, Abdi-Heba, e pelo nome da cidade de Jerusalém conquistada, conforme descreve a carta EA 290 de Bit-NIN.IB (*templo de Ninib*)¹⁴, podemos supor que existia uma pluralidade cultual, embora, curiosamente, não tenhamos menção a nenhuma divindade cultuada, principalmente a YHWH.

¹⁴ Ninib é o nome de uma divindade cananea.

Referências Bibliográficas

- DAVID, Rosalie. *Religião e Magia no Antigo Egito*. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2011.
- FINKELSTEIN, Israel; GOREN, Yuval; NA'AMAN, Nadav. *Inscribed in clay: provenance study of the Amarna letters and the other ancient Near Eastern texts*. Tel Aviv: Emery and Clair Publications in archaeology, 2004.
- HARRIS, J. R (Org). *O legado do Egito*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- <http://portal.metodista.br/arqueologia/artigos/2013/tel-betsa-localizacao-historia-e-interpretacoes-silas-klein-cardoso/aceso> em 20/04/2017 às 00h13.
- <http://www.israel-a-history-of.com/ancient-egyptian-literature.html/aceso> em 10/03/2017 às 10h12.
- <https://lacienciaysusdemonios.com/2010/01/25/las-tribulaciones-de-abdi-heba-el-reino-de-jerusalen-en-el-s-xiv-a-c-o-%C2%BFdonde-estaba-josue-mientras-ocurría-todo-esto/> acesso dia 20/04/2017 às 22h33.
- JASTROW, Morris Jr. The Letters of **Abdiheba**, *JSTOR*, vol. 9, n. 1/2 (Oct., 1892 - Jan., 1893), p. 24-46. Published by The University of Chicagoo Press.
- KAEFER, José Ademar. *A Bíblia, a arqueologia e a história de Israel e Judá*. São Paulo: Paulus, 2015.
- KAEFER, José Ademar. *Arqueologia das terras da Bíblia II*. São Paulo: Paulus, 2016.
- MORAN, William L. (ed. e trad.). *The Amarna Letters*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1992.
- MYNAROVA, Jana. *Language of Amarna – Language of diplomacy: perspectives on the Amarna letters*. Prague: Czech Institute of Egyptology Faculty of Arts, Charles University in Prague, 2007.
- PASTORAL, *Nova Bíblia*. São Paulo: Paulus, 2014.
- RAINEY, Anson F. (org. e trad.). *The El-Amarna correspondence: a new edition of the cuneiform letters from the site of El-Amarna based on collations of all extant tablets*. Edição de William M. Schniedewind. Leiden: Brill, 2015. v. I e II.

Submetido em: 23-4-2018

Aceito em: 24-5-2018